



FACULDADE DE ILHÉUS



**COLEGIADO DO CURSO DE PSICOLOGIA
COORDENAÇÃO DA MONOGRAFIA
MONOGRAFIA**

**RELAÇÕES VINCULARES E PROCESSOS DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL: DA DINÂMICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL
AO COMPROMISSO SOCIAL DO PSICÓLOGO**

**Ilhéus, Bahia
2020**



FACULDADE DE ILHÉUS  **CESUPI**

**COLEGIADO DO CURSO DE PSICOLOGIA
COORDENAÇÃO DA MONOGRAFIA
MONOGRAFIA**

THALITA LACERDA SANTOS

**RELAÇÕES VINCULARES E PROCESSOS DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL: DA DINÂMICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL
AO COMPROMISSO SOCIAL DO PSICÓLOGO**

Monografia (Artigo científico) entregue para acompanhamento como parte integrante das atividades de TCC II do Curso de Psicologia da Faculdade de Ilhéus.

**Ilhéus, Bahia
2020**

**RELAÇÕES VINCULARES E PROCESSOS DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL: DA DINÂMICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL
AO COMPROMISSO SOCIAL DO PSICÓLOGO**

THALITA LACERDA SANTOS

Aprovado em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

**Prof. Wallace Lima Habib Bofim – Mestre
Faculdade de Ilhéus – CESUPI
(Orientador)**

**Prof. Sara Tannus Vieira - Mestranda
Faculdade de Ilhéus – CESUPI
(Avaliador I)**

**Prof. Sheila Carla Brito Lima - Especialista
Faculdade de Ilhéus – CESUPI
(Avaliador II)**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter permitido a realização dos meus sonhos, me abençoando com sua graça e ajudando a vencer todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

Aos meus familiares que com pequenos gestos me incentivaram e compreenderam a minha escolha de esta no curso de Psicologia e a importância de fazer esse trabalho.

Aos professores que me incentivaram perante o tema, e ao meu orientador que com todo cuidado aceitou o meu tema, e me ajudou com todas as correções para que o trabalho se tornasse digno de ser apresentado.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. IMPACTOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFANTIL	12
3. CONSEQUÊNCIAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO EM CRIANÇA VITIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL	14
4. DO SEIO FAMILIAR Á INSTITUCIONALIZAÇÃO: PERCURSOS DIVERSOS E CONTROVERSOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL.....	15
4.1 CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS E O APEGO FAMILIAR.....	17
5. O COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: DA RUPTURA FAMILIAR, AOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INFANTIL	21
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS.....	26

RELAÇÕES VINCULARES E PROCESSOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: DA DINÂMICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL AO COMPROMISSO SOCIAL DO PSICÓLOGO

RELATIONSHIP AND INSTITUTIONAL CARE PROCESSES: FROM THE DYNAMICS OF CHILD SEXUAL VIOLENCE TO THE PSYCHOLOGIST'S SOCIAL COMMITMENT

Thalita Lacerda Santos ¹, Wallace Lima Habib Bofim²

¹ Graduanda em Psicologia. Discente do Centro de Ensino Superior de Ilhéus – Faculdade de Ilhéus. E-mail: thalital.santos123@gmail.com

² Mestre e Ciência da Saúde pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (2017). Especialização em Psicologia Social pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP (2013). Especialização em Gestão de Saúde Pública com Ênfase em Sanitarismo pela IUNI Educacional Unime Itabuna – IUNI – FTC (2010) – Docente da Faculdade de Ilhéus – CESUPI. E-mail: psi.habib@gmail.com

RESUMO

A violência sexual infantil é uma problemática mundial de difícil controle, que se apresenta com inúmeras consequências sociais, físicas e psicológicas. No que diz respeito ao abuso sexual infantil, é necessário também uma atenção as consequências psíquicas vivenciadas ou não pela vítima. Esse trabalho se torna importante em razão de entender, qual a relação que o vínculo tem, para uma criança que foi violentada sexualmente que vive em uma instituição, e a importância da psicologia social nesse processo. O objetivo desse trabalho se encontra em analisar os impactos da violência sexual em crianças, em especial, as colisões decorrentes do processo de institucionalização e acolhimento. E ainda foi necessário analisar a dinâmica do apego familiar neste tipo de violência; bem como descrever o compromisso social do psicólogo frente os processos de ruptura vincular e acolhimento institucional. Com o método de seleção a partir de leitura criteriosa dos artigos, teses e dissertações encontradas nas bases de dados, sendo selecionada apenas a literatura que atendia aos critérios de inclusão definidos neste estudo. Onde se resultou em compreender o quanto que as relações afetivas influenciar num melhor desenvolvimento da criança, principalmente quando ela passa por uma vivência tão traumática como a violência sexual. Levando em conta que mesmo como todo acolhimento oferecido, as instituições não proporcionam essa relação afetiva estável para essa criança. Por fim, conseguimos entender o quanto vai ser sempre relevante prezar pelo melhor ambiente a ser escolhido em inserir a criança após a violência e para isso necessitava do papel do psicólogo social subsidiando esse processo em garantia dos direitos dessa criança.

Palavras-chave: Violência Sexual. Vínculos afetivos. Psicologia Social

ABSTRACT

Child sexual violence is a worldwide problem of difficult control, which has numerous social, physical and psychological consequences. With regard to child sexual abuse, attention is also needed to the psychological consequences experienced or not by the victim. This work becomes important because of understanding, what the relationship is, for a child who has been sexually assaulted who lives in an institution, and the importance of social psychology in this process. The objective of this study is to analyze the impacts of sexual violence on children, in particular, the collisions resulting from the institutionalization and foster care process. And it was still necessary to analyze the dynamics of family attachment in this type of violence; as well as to describe the social commitment of the psychologist in the face of the processes of link rupture and institutional reception. With the selection method based on careful reading of the articles, theses and dissertations found in the databases, only the literature that met the inclusion criteria defined in this study was selected. Where it resulted in understanding how much the affective relationships influence a better development of the child, especially when it goes through a experience as traumatic as sexual violence. Taking into account that even as every foster care offered, institutions do not provide this stable affective relationship for this child. Finally, we were able to understand how important it will always be to cherish the best environment to be chosen in inserting the child after the violence and to do so we needed the role of the social psychologist subsidizing this process in guarantee of the rights of this child.

Keywords: Sexual Violence. Affective Ties. Social Psychology.

1. INTRODUÇÃO

Diante dos altos de índices de casos, o abuso sexual de crianças e adolescentes é considerado uma problemática alarmante para a saúde pública, pois acarreta consequências no desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da vítima e de sua família (GONÇALVES & FERREIRA, 2002; HABIGZANG & CAMINHA, 2004; OSOFSKY, 1995).

Se baseando em uma relação de poder a criança é submetida á gratificar esse adulto através de atos como “carícias, manipulação da genitália, exploração sexual, voyeurismo, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência” (CONTI, 2008, P.65).

Em 2018 a Secretária de Vigilância em Saúde junta ao Ministério da Saúde reporta que no período de 2011 a 2017 foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes, concentrando 76,5% dos casos notificados nesses dois cursos de vida. Sendo que a avaliação das características sociodemográficas de crianças vítimas de violência sexual mostrou que 43.034 (74,2%) eram do sexo feminino e 14.996 (25,8%) eram do sexo masculino. Do total, 51,2% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos, 45,5% eram da raça/cor da pele negra, e 3,3% possuíam alguma deficiência ou transtorno. As notificações se concentraram nas regiões Sudeste (40,4%), Sul (21,7%) e Norte (15,7%) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Visto que em 81,6%, o agressor era do sexo masculino e 37,0% tinham vínculo familiar com a vítima e a maioria dos casos que houve repetições 69,2% ocorreram na residência da criança. Segundo Ventura (s.d, p.3), “estima-se que um terço das crianças de todo o mundo tenha sido submetida, alguma vez, a um contato incestuoso. Em situações de violência sexual infantil intrafamiliar sua incidência é bastante comprometida, por um pacto de silêncio entre os integrantes da família. Machado et al. (2005) salienta o motivo da violência sexual ser tão prejudicial a criança, pois na maioria dos casos o abusador possui uma relação afetiva com a vítima, que conseqüentemente em alguns casos pode causar uma confusão de sentimentos, comprometendo de alguma maneira seu psiquismo.

Da família espera-se a responsabilidade de proteção, a garantia de condição de sobrevivência e principalmente a relação de vínculos afetivos. Porém no que se relaciona o abuso sexual intrafamiliar os pais utilizam o poder que lhes conferem esses papéis para fins de dominação e exploração, instaura-se assim uma confusão entre papéis e funções (ARAÚJO, 2002)

Com tudo são diversos os motivos que levam uma criança para instituições que prestam serviços de abrigo, o abuso sexual é um deles. O Levantamento Nacional de Abrigos Brasileiros para Crianças e Adolescentes (SILVA, 2004) aponta que cerca de 20.000 crianças e adolescentes encontra se institucionalizadas no Brasil. Os serviços de acolhimento as crianças e adolescentes proporciona cuidados e condições favoráveis ao desenvolvimento saudável, com intuito também de reintegração familiar nuclear. Esses serviços possuem diversos campos de acolhimento como: abrigos institucionais, casas-lares, famílias acolhedoras ou republicas. Que tem como objetivo garantir uma proteção integral, de crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados (BRASIL, 2006).

Assim uma criança violentada sexualmente que vive em instituição pode possuir um processo de ressignificar esse impacto de maneira diferente de uma criança que não é institucionalizada e sofreu violência, que ainda permanece nesse ambiente familiar. Pensando neste aspecto torna se importante compreender a diferença do processo de lidar com o sofrimento dentro de um contexto institucional e dentro do ambiente familiar pós violência sexual infanto-juvenil.

Esse estudo trata-se de uma revisão narrativa de literatura (RNL), que possui caráter amplo e se propõe a descrever o desenvolvimento de determinado assunto, sob o ponto de vista teórico ou contextual, mediante análise e interpretação da produção científica existente. Essa síntese de conhecimentos a partir da descrição de temas abrangentes favorece a identificação de lacunas de conhecimento para subsidiar a realização de novas pesquisas. Ademais, sua operacionalização pode se dar de forma sistematizada com rigor metodológico (BRUM ET AL.,2015). Sendo que a revisão narrativa não é imparcial porque permite o relato de outros trabalhos, a partir da compreensão do pesquisador sobre como os outros fizeram. Visto que esses trabalhos foram publicados no período de 1990 a 2019, no idioma português, todos os tipos de delineamentos metodológicos foram aceitos.

Desse modo este artigo tem por objetivo analisar os impactos da violência sexual em crianças, em especial, as colisões decorrentes do processo de institucionalização e acolhimento. Para tanto, ainda foi necessário analisar a dinâmica do apego familiar neste tipo de violência; bem como descrever o compromisso social do psicólogo frente os processos de ruptura vincular e acolhimento institucional.

2. IMPACTOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFANTIL

Diante de muitas lutas sociais a criança no Brasil conseguiu seus direitos que foram alcançados pelo decreto da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Entre esses direitos o Ministério da Saúde junto com o (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente (2008) enfatiza a responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade e do poder público de garantir a validação desses direitos. Podendo todos estes ser punidos por omissão ou ação do descumprimento dessas determinações, que asseguram essas crianças de qualquer negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No entanto a violência contra crianças é uma problemática mundial que afeta milhares de vítimas de maneira perversa, sem determinação de nível social, financeiro, cultural ou religioso. Podendo se abranger a crianças do sexo feminino ou masculino (ALEXANDRE E VIEIRA, 2004).

Na violência sexual infantil o adulto comete o ato com intuito sexual contra a criança de maneira abusiva podendo comprometer seus aspectos físicos ou psicológicos, desconsiderando os direitos previstos na Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, Artigos 7º, 15, 16, 17 e 19).

A violência sexual caracteriza-se:

[...] por um ato ou jogo sexual, em uma relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente, ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa (AZEVEDO; GUERRA, 1998, p.33).

Como falado anteriormente o abuso sexual é qualquer ação de interesse sexual de um ou mais adultos em relação a uma criança ou adolescente, que pode ocorrer dentro do contexto familiar ou fora do contexto familiar, ou com pessoas que não possuem grau de parentesco. Quando é intrafamiliar pode ser compreendido como incesto, podendo ter o apoio ou não das pessoas da família (FLORENTINO, 2015).

Romaro e Capitão (2007) trazem um pouco do quanto essa violência pode ocasionar uma psicopatologia extrema para essa criança, que poderá marcar seu desenvolvimento psicológico, afetivo e sexual ao longo da vida.

O abuso sexual é o tipo de mau trato infantil mais retratado no contexto de problemática pública. Além de ser o mais frequente frente as outras formas de violência infantil (KAPLAN, SADOCK, 1990). Ao passo que, esse abuso é considerado diante de seus impactos “ primeiramente uma violação dos direitos humanos, não escolhendo cor, raça, credo, etnia, sexo e idade para acontecer” (CUNHA; SILVA; GIOVANETTI, 2008, p. 245).

Prado (2004) explica o processo de passar por essa vivencia traumática desenvolvendo sinais e sintomas perante seu corpo e comportamento, diante da magnitude da violência sofrida. Além disso, consideramos a experiência do abuso ao corpo, que conseqüentemente responde a uma forma somática perante as sensações íntimas provocada.

A idade que começou o abuso na criança, o tempo e a quantidade de vezes que ocorreu o abuso, o nível de violência usada na situação, a diferença de idade entre quem sofreu o abuso e quem cometeu, se existe alguma ameaça para forçar o abuso ou uma relação de vínculo entre a vítima e o abusador, são condições circunstanciais que variam de indivíduo para indivíduo referente a possíveis conseqüências que poderá sofrer (FURNISS, 1993).

Day (2003) cita algumas possíveis manifestações psicológicas decorrentes da violência doméstica que ocorrem a curto e longo prazo. Em seu estudo, as potenciais manifestações em curto prazo são:

O medo do agressor e de pessoas do sexo do agressor; queixas sintomáticas; sintomas psicóticos; isolamento social e sentimentos de estigmatização; quadros fóbico-ansiosos, obsessivo-compulsivo, depressão; distúrbios do sono, aprendizagem e alimentação; sentimentos de rejeição, confusão, humilhação, vergonha e medo; secularização excessiva, como atividades masturbatórias compulsivas. Já os danos tardios podem se manifestar através de ocorrência e incidência de transtornos psiquiátricos como dissociação afetiva, pensamentos invasivos, ideação suicida e fobias mais agudas; níveis mais intensos de medo, ansiedade, depressão, raiva, culpa, isolamento e hostilidade; sensação crônica de perigo e confusão, cognição distorcida, imagens distorcidas do mundo e dificuldade de perceber a realidade; pensamento ilógico; redução na compreensão de papéis mais complexos e dificuldade para resolver problemas interpessoais; abuso de álcool e outras drogas; disfunções sexuais; disfunções menstruais e homossexualismo/lesbianismo (DAY, 2003 p.14).

O transtorno do Estresse Pós-traumático TEPT está relacionado a vivências não normativas da vida do indivíduo que causam um abalo emocional grave, ocasionando efeitos em sua saúde mental e física. Diante da discussão a parti de aspectos psiquiátricos, biológicos e neurológicos, consideramos, portanto que

quando nos referimos a essa demanda com cunho subjetivo, que é possível relacionar que alguma vítima de abuso sexual passam por esse transtorno (GABEL, 1997, p. 206).

Habigzang (2006) ressalta alterações comportamentais como: isolamento social, agressividade, alterações na alimentação e no sono e em comportamentos auto-destrutivos, ações hipersexualizada e abuso de substâncias.

3. CONSEQUÊNCIAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO EM CRIANÇA VITIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL

No que se refere á violência sexual infantil, a instituição se configura numa possibilidade de acolhimento para essas crianças e adolescentes, que por algum motivo rompeu com sua configuração familiar de origem. Porém esse rompimento se caracteriza por uma demanda multifatorial, que acarreta um fundamental apoio do sistema publico para proporcionar a essa criança um bem-estar durante toda sua vida (FERREIRA, 2014).

Hyde (2005) traz alguns fatores que fogem de um aspecto de uma família funcional, podendo acarretar essa ruptura familiar. Que seria a violência física ou sexual, as negligências referentes aos processos básicos como a saúde, educação, segurança, nutrição e moradia. Podendo também incluir demandas de confrontos familiares como gravidez, orientação sexual e uso de álcool e drogas, problemáticas pouco discutidas, porém presentes nesse contexto.

Trazendo também a influência do ambiente em que essa família está inserida, considera-se atributos compartilhados dentro da cultura dessa comunidade, como a violência, a incidência de uso de drogas e o acesso a serviços como (educação, saúde, esporte e lazer) (FERREIRA, 2014).

Essa criança dentro do âmbito institucional, mesmo adquirindo cuidados nutritivos, higiênico, médico e educacional podem apresentar dificuldades em seu desenvolvimento como: problemas em fazer uma relação significativa caminham tardiamente e demora a falar. Mesmo diante de diversos fatores direcionados a esse afastamento familiar, a criança que se priva desse contato afetivo se prejudica em diversos aspectos da sua evolução, pois dentro do abrigo é difícil manter uma relação de afeto com um cuidador, em razão que há um número superior de crianças em relação ao de cuidadores (RIZZINI, 1995).

Segundo Piaget e Inhelder (2002) a evolução cognitivo está fundamentalmente relacionado a aspectos de apego e interação social que carregara um sentido de moralidade da constituição desse indivíduo. E é importante salientar que a fase da primeira infância é mais suscetível a prejuízos psicológicos interferindo ao longo de sua vida (BOWLBY, 2002).

Perreira e Justo (2005) fala da instituição como um ambiente instável referente às relações e os laços estabelecidos, devido o processo provisório que a o abrigo tem delimitando a construção de um vínculo. É possível compreender o quanto o processo de institucionalização tem efeitos negativos diante do desenvolvimento da criança, pois mesmo que essa instituição der todo o suporte ainda sim esse indivíduo necessitará de uma suplementação mais ampla, que seria apenas realizada por um ambiente familiar.

4. DO SEIO FAMILIAR À INSTITUCIONALIZAÇÃO: PERCURSOS DIVERSOS E CONTROVERSOS DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

BOCK (1999) traz uma triste realidade vivenciada por crianças em seu âmbito familiar, ao qual deveria ser um ambiente de proteção na maioria dos casos é um contexto disfuncional para desenvolvimento integral da criança. Essas crianças crescem a partir de violências como: a negligência, os maus-tratos, a violência psicológica, a agressão física, ou abuso sexual.

Essa violência intrafamiliar é uma situação de extrema preocupação, pois a criança violentada possui uma relação de vínculo com o agressor ou até de amizade (MOREIRA & SOUSA, 2012). O mapa de violência em 2012 listou atendimentos de crianças vítimas de violência sexual no programa público do Sistema Único de Saúde (SUS), em que os abusadores de maior índice seriam os mais próximos da vítima, onde por uma categoria os padrastos estariam em primeiro lugar, os pais o segundo e as mães e madrastas em terceiro (WAISELFISZ, 2012). Gomide e Padilha (2014) ainda trazem dados de 2003 da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência em que 80% dos casos de violência, os maiores agressores são do sexo masculino.

As pesquisas em relação aos casos de abuso, não chegam a um número certo em relação à prática abusiva e conseqüentemente também não chega ao conhecimento das autoridades, pois em sua maioria esse abuso sexual é realizado de maneira oculta, direcionado a um segredo que só é revelado quando uma das partes fala ou quando é exposto por outras pessoas (MISAKA, 2014).

Quando falamos em violência sexual infantil, em sua maioria iremos encontrar a dificuldade dessa ação chegar a cunho publico:

Estudos que mostrem a ocorrência real de números de abusos sexuais contra crianças são difíceis de realizar, dado que as vítimas frequentemente não revelam o que passaram, mantendo o abuso como um segredo ao longo da vida, revelando muitas vezes apenas em psicoterapia quando são adultas. (PADILHA E ANTUNES, 2011, p. 173).

Abreu (2012) relaciona a essa ocultação como um grau intenso de maldade relacionado à família, que tende a repetir o abuso sexual e se estender por seu contexto favorável e assim cada vez mais direcionando a vítima a um sentimento de culpa. Essa internalização do poder de culpa se dar através dos vínculos de confiança que cada vez mais alimenta o agressor a reforçar o sentimento de culpa na criança, que conseqüentemente ira reforçar o ato de silêncio.

A criança se culpa por ser participante do ato e se engana trazendo toda responsabilidade para se, e diante desse sentimento ela é pressionada por ameaças do abusador que á coagir dizendo que ira ter conseqüências se o ato do abuso sexual for revelado (FURNISS, 1993).

Num contexto familiar podemos encontrar uma cultura de violência e abuso que ocorre dentro de um padrão de silêncio, protegido por alguns membros da família e pode durar perante varias gerações sem ser revelado. Há um pacto inconsciente com o abusador para harmonia familiar ou pode acontecer de todos saberem, mas não se é falado, se ignora e silencia diante do conteúdo violento (FERREIRA, 2002 ,P.8).

E relacionado a essa violência e suas conseqüências em um contexto familiar onde é preconizado o silêncio, não é dado a importâncias as marcas que esse abuso pode ocasionar por pensarem que como o passar do tempo e desenvolvimento dessa criança os impactos iriam se apagar (BITTAR E NAKANO, 2011).

Moreira e Sousa (2012) buscam trazer a importância de entender o significado do nível de vínculo afetivo que a vitima tem com o abusador, pois diante

disso teremos a noção do quanto essa relação afetiva associada à violência ira favorecer para graves problemas emocionais. Mizaka (2014) nesse sentido ressalta o contexto do trauma para a vítima do abuso sexual na infância, que ao se deparar com tal situação traumática procura uma saída em circunstâncias psicológicas se apartando da cruel realidade. E essa negação para se mesma referente ao abuso sofrido só alimenta a sua própria acomodação, permitindo ao abusador a continuidade do ato e do segredo. Furniss (1993) aponta que “a anulação através da dissociação da realidade externa do abuso sexual durante o ato sexual não permite à criança perceber a realidade como realidade e nomear a experiência de abuso como abuso” (p.32).

Siqueira, Zoltowski, Giordani, Otero e Dell’Aglio (2010), Siqueira e Dell’Aglio (2011) e Ferreira (2014), participam do conhecimento de que o abuso sexual relacionada ao ambiente familiar atravessando leis referentes à violação dos direitos da criança e adolescentes, representando uma situação de risco, como uma medida protetiva a criança é encaminhada para uma instituição que ira fazer o papel de acolhimento, de proteção e suplementação das necessidades essenciais.

4.1 CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS E O APEGO FAMILIAR

Faz-se importante compreender a infância como elaboração social e, por conseguinte, a criança como um ser cultural, que vive e se transforma a partir de suas experiências individuais e coletivas e, por isso, está em constante construção.

Bueno (2000) conceitua afetividade como “qualidade do que é afetivo; afeição; carinho”. No ponto de vista Wadsworth (1997) diante de uma teoria psicogenética, o afeto se relaciona com as emoções, os sentimentos e os desejos que trás muitos ganhos no sentido do desenvolvimento intelectual do individuo. Por outro ponto de vista temos a interação de dois aspectos que seria a socialização e o biológico, que afetaria intensamente na relação de afeto do indivíduo ao longo do seu desenvolvimento e conseqüentemente contribuindo para seu cognitivo (DAVIS; OLIVEIRA, 1990). Ainda perante a perspectiva de Davis e Oliveira (1990, p. 84) “o afeto pode ser entendido como a energia necessária para que a estrutura cognitiva passe a operar”.

Simões (2007) compreende a interação das famílias tradicionais diante de propriedades recíprocas de apego por meio de seus integrantes consanguíneos, perante a relação dos conjugues ou com os filhos. Contudo ainda existem algumas relações dentro do contexto social que é considerado socioafetivo que vão além do biológico se baseando em uma interação de sentimentos, podendo caracteriza-se por uma interação de dependência.

Para o desenvolvimento afetivo da criança em certo ambiente é essencial o reconhecimento do contexto sociocultural e econômico, independentemente se ela esta inserida em um grupo socioafetivo ou consanguíneo. Nessa situação entende-se que desde a primeira infância na presença da construção de experiências e de contato dentro ambiente que ele vive, especialmente na relação mãe e filho, em que nesse sentindo facilitará a evolução de sentimentos afetivos e ajudara o desenvolvimento da comunicação e atenção tornando seus aspectos cognitivos mais amplos (MENDES; PESSÔA, 2013).

Mesmo havendo uma distinção frente ao afeto e o mecanismo cognitivo, quando consideramos os mesmos no contexto do funcionamento intelectual colocamos em uma só parcela. Nessa situação pode-se dizer que todo comportamento se caracteriza perante dois compostos: o cognitivo e o afetivo, do qual o cognitivo estará ligado e sendo influenciador do aspecto afetivo, já que o afeto é um agente determinante para a seleção do objeto e do evento que ira manter-se á atenção no processo intelectual (WADSWORTH, 1997).

Palangana (2001) fala da construção do indivíduo como sujeito que não está essencialmente ligada ao processo do sistema nervoso, mas também as relações saudáveis entre os sujeitos, visto que é no contato social que o processo cognitivo se constrói.

Quando falamos em relação à origem do afeto trazemos Spitz (2004) que considera que as trocas afetivas e seu desenvolvimento precedem as atividades psicológicas, aceitando a visão de Piaget e Inhelder (2002) referente às outras funções as cognitivas que tem como base as relações afetivas de individuo para individuo. Destaca-se a primeira interação do bebê com seu cuidador, pois diante dessa pode-se basear suas futuras relações no meio social, influenciando sua evolução como sujeito social. Dentro dessa mesma fase o autor ressalta o quanto é danoso à privação de afetos do desprazer, pois esse momento de frustração será crucial também para seu desenvolver (SPITZ, 2004).

Contudo no momento que uma criança é abrigada passando a fazer parte de uma instituição, a mesma começa a criar novas relações com crianças que já se encontrava lá, e com os funcionários da instituição, assim podendo construir relações sociais e de afeto, que podemos considerar do grupo socioafetivo que terá o papel de proteção agindo no desenvolvimento da criança. Para uma melhor adaptação a esse ambiente o autor ressalta a necessidade desse acolhimento ser apropriado as necessidades da criança, em aspectos de estrutura, de alimentação adequada, de educação, a importância do respeito referente à individualidade e o reconhecimento de maneira essencial para as construções de vínculos (SIQUEIRA, 2009).

Hecht e Silva (2009) salientam alguns estudos que mostra que algumas crianças tem a possibilidade de apresentar implicações no contexto de se relacionar, porem por outro lado podemos encontrar crianças que para elaborar a frustração do abandono, se apega em possibilidades de construir novos vínculos, para se estruturar a nova realidade.

Destaca-se dentro da instituição o papel do cuidador, que pode motivar comportamentos na criança referentes à atenção, curiosidade, cognição, linguagem, emoções entre outros por conta do seu poder de influenciar direta e indiretamente na evolução socioafetiva da criança (BARROS; JÚNIOR, 2007). Perante o sofrimento da criança apos rompimento familiar, o cuidador tem um papel importante quanto seu dever de acolher, em face que é necessário sinalizar a real menção do termo cuidador que se atribui ao profissional da instituição, de maneira efetiva ou temporária, com a função de prover pelos cuidados como a alimentação, higiene, cuidado e proteção da criança (NOGUEIRA E COSTA, 2005).

O acolhimento desses cuidador tem a possibilidade de minimizar a dor da separação familiar, porem alguns cuidadores não conquistam a confiança da criança por não compreende-la em seus aspectos individuais ou por não poder dar esse afeto a todos crianças ao mesmo tempo em um abrigo com varias, nessa mesma situação (HECHT E SILVA, 2009). Ainda tem o obstáculo das escalas e do contexto temporário desses profissionais cuidadores que de certa maneira pode trazer uma instabilidade, podendo ser comparada com a da separação vivencia com a família (NOGUEIRA; COSTA, 2005).

Bowlby (1990) fala sobre o processo de autoconfiança e self positivo da criança, afirmando que tem relação com incerteza de que esse cuidador á aceite,

referente a não de sentir segura perante a representação de seu responsável e contínuo cuidador. Quando esse cuidador não conseguiu suprir os cuidados afetivos que essa criança necessita, é o que o autor chama de privação parcial, que pode conseqüentemente gerar comportamentos de imposição exagerada de amor, sentimento de raiva e vingança, podendo variar referente ao grau dessa privação.

O autor Spitz (2004) analisou a vivência de bebês em situação de abrigo que em seus cuidados básicos tinha uma ótima assistência, porém em aspectos de vínculos afetivos de seus cuidadores padecia. Podemos apontar dois tipos de privação, a parcial e a total, na privação parcial no primeiro ano de vida a criança é retirada da mãe no tempo de três meses e na total esse tempo dura mais de cinco meses.

Mesmo com o intuito de resguardar a lei dos direitos infantis a instituição, é uma grande influenciadora na vida da criança, em aspectos de maneiras de se relacionar, de estrutura dos preceitos psíquicos ou até de habilidades em fazer vínculos socioafetivos, sendo eles positivos ou negativos. Esse estudo que trata da separação da criança do seu âmbito familiar de maneira temporária ou permanente, trás respectivas relações com algumas síndromes infantis recorrentes desse rompimento afetivo (BOWLBY, 1990).

Em alguns casos a instituição priva essas crianças de um contato com o mundo externo, sendo impedido do lazer e da comunicação só apenas mantendo esse contato no ambiente escolar, colocando a instituição não como um lugar prazeroso, mas como um ambiente de obrigação (FERREIRA; LITTIG E VESCOVI, 2014).

O autor Montes (2008, p. 27) relata sua percepção referente ao sentido de colégio interno que as crianças dão a instituição, pois mesmo com a violência ou negligência experienciadas no contexto familiar, ainda querem voltar para sua família. Ainda existe o sentimento diante do rompimento vínculo afetivo com a família, que só agrava mediante as visitas feitas pelos familiares. Assim a institucionalização dessas crianças poderá conseqüentemente em alguns casos influenciar no rompimento de vínculos afetivos no âmbito familiar e assim causar sentimentos de ansiedade, tristeza e raiva (BOWLBY, 1990).

Afirmando os estudos acima Hecht e Silva (2009) fala:

“[...] o abrigo promove o acolhimento e segurança necessários para os jovens abrigados, ele também restringe o direito à individualidade, à intimidade e às particularidades de cada um, já que não pode assistir de maneira singular cada indivíduo”. Como já mencionado, a maioria das instituições de abrigos não conseguem proporcionar às crianças um atendimento personalizado, em virtude da discrepância entre a quantidade de crianças e a de cuidadores, da alternância de funcionários e da falta de preparo dos funcionários para lidar com essas crianças (HECHT E SILVA 2009, P.10).

Possuindo o entendimento dessa extensa multifatoriedade no que se refere à instituição e o desenvolvimento das crianças, se faz necessário o trabalho de uma equipe multidisciplinar. Destacando-se dentro dessa equipe o papel do psicólogo como um facilitador de enfrentamento dessa criança frente as suas experiências dentro desse contexto. Ainda sim esse profissional irá apoiar a equipe da instituição e as famílias, contribuindo para uma boa relação afetiva entre todos (AGUIAR; CARRERO; RONDINA, 2007).

Além desse acolhimento, é possível que o profissional psicólogo trabalhe junto com a família a criança e os técnicos da instituição à possibilidade de uma reinserção dessa criança em seu âmbito familiar, diante de uma reflexão da família em modificações de seu funcionamento para a preparação de um ambiente agradável a essa criança (FERNANDES; GOELLNER, 2015). Leoncio (2009) traz a possibilidade de trabalhar com a criança através de técnicas lúdicas, buscando melhorar estruturas psíquicas como a motivação e a autoestima e aspectos comportamentais como disciplina, limites e regras e conseqüentemente a diminuindo a ansiedade que algumas crianças podem ter por causa do abrigo. O psicólogo também pode auxiliar a criança abrigada a desenvolver suas habilidades sociais, “como relacionar-se melhor com a equipe, expressar suas angústias, sofrimentos, respeitar a individualidade, entre outros”, auxiliando a criança a resolver melhor seus problemas cotidianos (FERNANDES; GOELLNER, 2015, p. 167).

5. O COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL : DA RUPTURA FAMILIAR, AOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INFANTIL

Furniss (1993) salienta sobre o nível de complexidade encontrada pelos profissionais que realizam o atendimento e o acompanhamento dos casos de abuso

sexual contra crianças e adolescentes, pois o profissional deve ter consciência que a problemática deve ser compreendida em diversos pontos de vistas, dentro das áreas: sociais, antropológica, política, clínica e normativa. Mesmo que o abuso sexual ocorra em todas as classes sociais e culturais, os autores consideram que "[...] a realidade da violência sexual infanto-juvenil representa um fenômeno complexo que necessita ser discutido nos seus aspectos culturais, sociais, históricos e institucionais, no intuito de abranger sua complexidade" (CUNHA; SILVA; GIOVANETTI, 2008, p. 41).

No contexto de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes dentro âmbito das políticas de saúde pública os profissionais psicólogos são o responsáveis. Sobre a inserção da Psicologia neste espaço socioocupacional, o Centro de Referência de Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP, 2007, p. 26) define que:

A prática profissional do psicólogo junto a políticas públicas de Assistência Social é a de um profissional da área social produzindo suas intervenções em serviços, programas e projetos afiançados na proteção social, a partir de um compromisso ético e político de garantia dos direitos dos cidadãos ao acesso à atenção e proteção da Assistência Social. A partir da interface entre várias áreas da Psicologia, estas ações estão sendo construídas numa perspectiva interdisciplinar, uma vez que vão constituindo várias funções e ocupações que devem priorizar a qualificação da intervenção social dos trabalhadores da Assistência Social (CREPOP, 2007, p. 26).

A união das ações dos profissionais psicólogos com as ações das políticas públicas do Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes articularão os conhecimentos para um trabalho interdisciplinar com familiares e vítimas buscando uma intervenção diante das necessidades e da complexidade de abuso.

O CRAMI o Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância, recomenda que todos da família, a vítima e o agressor seja acompanhado pela mesma rede de apoio, sem que um segundo profissional daquela categoria trabalhe no caso, pois o objetivo é trabalhar com toda família, observando como cada pessoa percebe a violência que ocorreu. Sempre priorizando o primeiro atendimento ser da vítima a criança ou o adolescente, e analisando a vinculação e o estabelecimento de confiança que esta sendo feita entre a equipe de intervenção e as pessoas envolvidas na problemática de violência (CRAMI, 2005).

O profissional psicólogo no momento do atendimento faz o acolhimento necessário para vítima respeitando seu tempo para compartilhar o ocorrido, respeitando também a sua maneira de narrar sua situação de violência, atendendo seus direitos a ser escutada como uma pessoa que detém uma realidade física e psíquica, dando o devido valor à fala da criança ou adolescente (PRADO ET al., 2004).

No entanto se faz necessário o profissional psicólogo buscar uma maneira para que essa criança ou esse adolescente que sofreu a violência se sinta confiante para revelar a situação dolorosa que passou. Esse profissional deve estar apto para ir em busca dessa vinculação, mesmo que seja necessário optar por uma linguagem sexual para que a vítima se sinta a vontade para falar. Logo essa escuta exige do psicólogo estar livre de qualquer preconceito ou tabu, embutidos da sociedade ou dentro de sua própria particularidade, referentes as demandas complexas que a escuta pode trazer (FURNISS, 1993).

O psicólogo do CREAS (social) no primeiro momento se baseia em identificar quais os danos emocionais já internalizados pela criança ou adolescente e sua gravidade (CRAMI, 2005). Em seguida são criadas ações de intervenção especializada de maneira individual que permitirão esses profissionais tratar essas determinações subjetivas que reforçam uma reprodução negativa de tudo que foi vivido (CUNHA; SILVA; GIOVANETTI, 2008).

Então se destaca a psicoterapia individual, pois irá trabalhar com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, buscando organizar as emoções inconscientes "encapsuladas" e ao mesmo tempo trabalhando a situação possivelmente traumática vivenciada abusivamente. Além de ajudar a vítima a perceber a responsabilidade do agressor e minimizar seus sentimentos de culpa e autopunição, assim a psicoterapia irá tratar diretamente com o trauma e o controle das consequências emocionais (MALLAK; VASCONCELOS, 2002).

Já a ação psicológica dentro dos sistemas de acolhimento, se baseia em ir além da responsabilidade de suprir as necessidades básicas dessas crianças e adolescentes, pois se trata da necessidade de promover um ambiente de acolhimento e apoio afetivo, que minimize as sequelas vivenciadas por essa violência (MALLAK;

VASCONCELOS, 2002). Em vista disso o trabalho do psicólogo se torna amplo e ainda pouco pesquisado, já que essa demanda ainda está sendo explorada pelo psicólogo (SILVA, 2009).

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) preconiza que dentro desses serviços de acolhimento se tem uma equipe composta por no mínimo por um psicólogo e um assistente social, que irá trabalhar de maneira interdisciplinar com a família, a comunidade e a criança ou o adolescente acolhido. O propósito seria a reintegração familiar, porém com segurança dos seus direitos de proteção garantidos e assistidos por redes socioassistenciais, e caso não seja possível o retorno à família de origem, se pensará em um ambiente de convivência saudável para o acolhido (BRASIL, 2006).

A visto que o psicólogo que realiza seu trabalho em um sistema de acolhimento ainda coloca-se na posição de mediador entre a criança com a instituição, com a família e também com o Poder Judiciário, em razão que este psicólogo terá a incluir seus relatos e relatórios significativos, diante da vontade do acolhido (BENTO, 2010).

Podemos encontrar também o trabalho do psicólogo diante dessa problemática do abuso sexual infantil no contexto de prevenção, mostrando-se de extrema importância já que estuda e apresenta diversas estratégias preventivas, além disso, capacitam outros profissionais que estão presentes no cotidiano dessas crianças (FURLAN; TANK; SCHNELL; CYRINO, 2011).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se os impactos da violência sexual em crianças como uma experiência traumática que se representa por sinais e sintomas e mudanças comportamentais. Podendo-se determinar a partir de circunstâncias que variam de vítima para vítima, tendo assim a verdadeira noção de que consequências poderão acometer a vítima.

Ao identificar as colisões decorrentes do processo de institucionalização e acolhimento, observou-se que uma criança inserida no ambiente instável referente às relações e os laços, devido o processo provisório que o abrigo tem, delimita a construção de um vínculo afetivo. Em que alguns casos podem influenciar na maneira que essa criança vai reelaborar essa vivência dolorosa, que foi a violência sexual.

Sobre a dinâmica do apego familiar neste tipo de violência entendeu-se que quanto mais proximidade ou vínculo essa criança tem com abusador, maior será o prejuízo, pois o agressor é justamente quem está dentro do seu universo afetivo.

O compromisso social do psicólogo frente os processos de ruptura vincular e acolhimento institucional caracterizam-se por subsidiar a relação entre a família, o abrigo e a criança, na tentativa de uma reinserção da vítima em um ambiente funcional. Pontua-se que toda psicologia é social na medida em que todas as especialidades devem apresentar compromisso ético-político para com as demandas mais emergentes da sociedade. Dessa forma, atuar em contexto de violência sexual infantil é mais uma dessa responsabilidades em um contexto de proteção e garantia dos direitos perante assistência social.

Por fim, o trabalho trouxe uma reflexão a cerca da complexidade do verdadeiro bem-estar dessa criança após a violência, pois as possibilidades apontadas no trabalho traz incertezas desse verdadeiro bem estar. E com isso pode-se ver a oportunidade de uma nova estratégia de plano diante dessa problemática. Que seria um processo de reinserção mais eficaz com essa família, se trabalhado com uma equipe interdisciplinar, com psicoterapias individuais para todos os envolvidos, buscando mais recursos e oportunidades para haver a mudança desse ambiente e para ser tratado as dificuldades de cunho psicológico.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. C. N. B de. **A infância vitimizada: retrato da violência contra a criança em São João da Barra.** Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ. 2012. Disponível em: <http://uenf.br/pos-graduacao/sociologia-politica/files/2013/03/A-inf%C3%A2ncia-vitimizada-retrato-da-viol%C3%A2ncia-dom%C3%A9stica-contr.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.
- AGUIAR, O. X.; CARRERO, M. L. C ; RONDINA, R. C. **Casa Abrigo: possibilidade de atuação para o psicólogo.** Revista Científica Eletrônica de Psicologia, São Paulo, n. 9, 2007. Disponível em: . Acesso em: 04 out.2019.
- ALEXANDRE, D. T. ; VIEIRA, M. L. **Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 9, n. 2, p. 207-217, mai./ago. 2004.
- ANTONI, C., KOLLER, S. H. (2001). **O psicólogo ecológico no contexto institucional: uma experiência com meninas vítimas de violência.** Psicologia: Ciência e Profissão, 21(1), 14-29. [Links] Acesso em: 18 set. 2020.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A. **Pele de asno não é só históriaum estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família.** São Paulo: Rocca, 1998.
- BALLONE, G. J.; ORTOLANI, I. V., MOURA, E. C. **Violência Doméstica.** In: PsiqWeb. 2008. Disponível em: . Acesso em: 18 set. 2019.
- BARROS, R. C; JUNIOR, G. A. F. Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 5, 2007. Disponível em: . Acesso em: 15.out.2019.
- BENTO, R. (2010). **A história de vida de crianças e adolescentes como mediadora da reintegração no contexto familiar.** Dissertação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP - São, Paulo, SP. [Links] Acesso em: 18 set. 2020.
- BITTAR, D. G., & NAKANO, A. M. S. **Violência intrafamiliar: análise da história de vida de mães agressoras e toxicodependentes no contexto da família de origem.** Revista Texto & Contexto de Enfermagem, 20(1): 17-24. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v20n1/02.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.
- BOCK, A. M. Bahia; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1993.
- BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental.** São Paulo: Martins Fontes. 4º ed. 2002.

BOWLBY, J. **Formação e rompimento dos laços afetivos**. São Paulo: Martins Fontes. 2º ed. 1990.

BRASIL. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS. (2006). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF ;(2006).

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Estatuto da Criança e do Adolescente. 3ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2008.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. Referências técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS. Brasília: CFP, 2007. [[Links](#)] Acesso em: 18 set. 2020.

CENTRO REGIONAL AOS MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA. Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor. 2. ed. Brasília: Unicef, 2005. [[Links](#)] Acesso em: 18 set. 2020.

CUNHA, E. P.; SILVA, E. M.; GIOVANETTI, A. C. **Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil**: expansão do PAIR em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

CUNHA, E. P.; SILVA, E. M.; GIOVANETTI, A. C. **Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil**: expansão do PAIR em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2008. [[Links](#)] Acesso em: 18 set. 2020.

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de. **O desenvolvimento cognitivo e afetivo**. In: 1990.

DAVIS, C; OLIVEIRA, Z . **Psicologia na Educação**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1990, p. 68-87. [E-Book]. Disponível em: . Acesso em: 05 set. 2019. Disponível em: . Acesso em 22.out.2019.

FERNANDES, P. D; OLIVEIRA, K. K. S. de. **Movimento higienista e o atendimento à criança**. In: SIMPÓSIO REGIONAL VOZES ATIVAS, 1., 2012. Aracajú, SE. Anais...Sergipe: Especialização de Ensino para Igualdade nas Relações Étnico-Raciais da Faculdade São Luis de França, 2012. Disponível em: . Acesso em: 06 out.2019.

FERREIRA, K.M.M. **Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes**: nossa realidade. In: SILVA, Lygia Maria Pereira da. (org). Violência doméstica contra crianças e adolescentes. Recife: EDUPE, (p.18-43) 2002.

FERREIRA, V. V. F; LITTIG, P. M. C. B; VESCOVI, R. G. L. **Crianças e adolescentes abrigados**: perspectiva de futuro após situação de rua. Psicologia e sociedade, [S.l.], n. 26, 2014, p. 165-174. Disponível em: . Acesso em: 07 out.2019.

FLORENTINO, B. R. B. **As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago. 2015.

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1993. [[Links](#)] Acesso em: 18 set. 2020.

GABEL, M. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, 1997.

GOMIDE, P. I. C. & Padilha, M. da G. S. (2014). **Destituição do poder familiar e prisão do agressor em um caso de abuso sexual intrafamiliar**. In (2014).

HABIGZANG, Luísa Fernanda et al. **Entrevista clínica com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual**. Natal: Estudos de Psicologia, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2008000300011> Acesso em: 10 set. 2019.

HECHT, B; SILVA, R. F. P. **Crianças institucionalizadas: a construção psíquica a partir da privação do vínculo materno**. Psicologia.com.pt, Porto Alegre, 2009.

HYDE, Justeen. **From home to street: understanding young people's transitions into homelessness**. Journal of Adolescence, Filadélfia, n. 28, p. 171-183, 2005.

KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J. **Compêndio de psiquiatria**. 2. ed. Tradução de Maria Cristina Monteiro e Daise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

L.C.A.de A., & Araújo, E.A.C. (Orgs.). **Prevenção do abuso sexual infantil: um enfoque interdisciplinar**. (p.173-179) Curitiba, PR: Juruá.

Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, Artigos 7º, 15, 16, 17 e 19).

LEONCIO, W. A. H. **Consultas terapêuticas de crianças abrigadas e seus pais: uma investigação dos vínculos familiares**. 2009. 231f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: . Acesso em: 07.out.2019.

M.S (MINISTÉRIO DA SAÚDE), 2018. **Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. Boletim Epidemiológico. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. V.49.

MALLAK, L. S.; VASCONCELOS, M. G. O. M. (Org.). **Compreendendo a violência sexual em uma perspectiva multidisciplinar**. Carapicuíba, SP: Fundação Orsa Criança e Vida, 2002. [[Links](#)] Acesso em: 18 set. 2020.

MENDES, D. M. L. F; PESSÔA, L. F. **Comunicação Afetiva nos cuidados parentais**. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v. 18, n. 1, p. 15-25, 2013. Disponível em: Acesso em: 10 set. 2019.

MISAKA, M. Y. **Violência sexual infantil intrafamiliar: não há apenas uma vítima**. Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE), 2(2), 237-277. 2014.

Disponível em: http://www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/article/view/39/pdf_30. Acesso em: 18 set. 2019.

MONTES, D. C. ALMEIDA. A trajetória de vida. In: MONTES, D. C. ALMEIDA. **O significado da experiência de abrigo e a auto-imagem da criança em idade escolar**. 2006. 77 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Escola de enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 62-66. Disponível em: . Acesso em: out.2019.

MOREIRA, M. I. C. & SOUSA, S. M. G. (2012). **Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: do espaço privado à cena pública**. Revista O social em Questão. 15(28), p.13-25, 2012. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.pucrio.br/media/2artigo.pdf>. Acesso em: 28 set. 2019.

NOGUEIRA, P. C; COSTA, L. A criança, a mãe social e o abrigo: limites e possibilidades. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 36-48, 2005. Disponível em: . Acesso em: 19 mar. 2017.

PADILHA, M. G. S.; ANTUNES, M. C. **Considerações sobre o depoimento sem dano em casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes**. 2011.

PALAGANA, I. C. **Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social**. 3º ed. São Paulo: Summus. 2001.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, E. F. **Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 140, 2010. Disponível em: . Acesso em: 13 set. 2019.

PIAGET, J. INHELDER, B. **A psicologia da criança**. 18º ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

PRADO, M. C. C. A. (Org.). **O mosaico da violência**. São Paulo: Vetor, 2004.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil** [The lost century: the historical roots of public policies for children in Brazil]. Rio de Janeiro: EDUSU/AMAIS, 1997.

ROMARO, R. A; CAPITÃO, C. G. **As faces da violência: aproximações, pesquisas, reflexões**. São Paulo: Vetor, 2007.

SILVA, L. B. (2009). **O psicólogo em abrigo - uma compreensão fenomenológico-existencial. Psico-existencial**. Recuperado em 20 outubro, 2012, de http://www.psicoexistencial.com.br/web/detalhes.asp?cod_menu=108&cod_tbl_texto=2031 Acesso em: 18 set. 2020.

SIMÕES, C. **Curso de direito do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2007.
SIQUEIRA, A. C. et al. **Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio Grande do Sul, v. 61, n. 1, 2009. Disponível em: . Acesso em: 29.out.2019.

SIQUEIRA, A. C., ZOLTOWSKI, A. P., GIORDANI, J. P., OTERO, T. M., & DELL'AGLIO, D. D. **Processo de reinserção familiar**: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 15(1), 7-15. (2010). doi: 10.1590/S1413-294X2010000100002

SPITZ, R. A. **O primeiro ano de vida**. 3° ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WADSWORTH, Barry J. **Desenvolvimento cognitivo e outros fatores**. In: . 1997.

WADSWORTH, Barry J. **Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget**. 5. ed. rev. São Paulo: Pioneira, p. 11-24. 1997.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2012**: crianças e adolescentes do Brasil 2002. Disponível

em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Criancas_e_Adolescentes.pdf Acesso em: 18 set. 2020.

GONÇALVES, H. S. & FERREIRA, A. L. **A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais da saúde**. *Caderno de Saúde Pública*, 18(1), 315-319, 2002. [[Links](#)]

HABIGZANG, L. F. & CAMINHA, R. M. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2004. [[Links](#)]

OSOFISKY, J. D. **The effects of exposure to violence on young children**. *American Psychologist*, 50(9), 782-788, 1995. [[Links](#)]

CONTI, M. C. S. **Da pedofilia: aspectos psicanalíticos, jurídicos e sociais do perverso sexual**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2008.

VENTURA, R. N. **Abuso sexual na criança**. Especialização em saúde da família. Unifesp. Apostila. Disponível em: http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/casos_complexos/Wilson/Complexo_08_Wilson_Abuso.pdf. Acesso em 08 fevereiro de 2020.

MACHADO, H.B.; LUENEBERG, C.F.; REGIS, E.I.; NUNES, M.P.P. **Abuso sexual: diagnóstico de casos notificados no Município de Itajai/SC**, no período de 1999 a 2003, como instrumento para a intervenção com famílias que vivenciam situações de violência. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, 14 ed (esp.), p.54-63, 2005.

ARAÚJO, M. F. **Violência e Abuso Sexual na Infância**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez, 2002.

PARREIRA, S. M. C. P., & JUSTO, J. S.. **A criança abrigada: considerações acerca do sentido de filiação**. *Psicologia em Estudo*, 10(2), 175-180, 2005.

